

Ajuste Fiscal sob Duplo Fogo “Amigo”

Márcio G. P. Garcia¹

28 de maio, 2015

Eventual malogro do ajuste fiscal poria em risco o grau de investimento e reduziria o já pequeno crescimento.

Desequilíbrio fiscal sempre foi a principal ameaça à nossa economia. O fim do regime de alta inflação, com o Plano Real, ficou associado à reforma monetária, com introdução da engenhosa URV. Lamentavelmente, não se dá a importância devida ao ajuste fiscal que precedeu o Plano Real, bem como à ordenação das finanças dos estados e municípios, só concluída em 1997 e fortalecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000. Foram cruciais para a consolidação da estabilização.

A história das contas fiscais pós-Plano Real é marcada por duas características marcantes. O déficit público tende a ser contido apenas após crises, e quase sempre via elevação de carga tributária. Como proporção do PIB, os gastos públicos estiveram em contínuo crescimento desde 1994.

Ajuste fiscal, como bem disse a Presidente da República, é como cortar unha: tem que fazer sempre. Mas, como sabemos, apesar dessa retórica, a Presidente permitiu que, em seu primeiro mandato, as unhas do desequilíbrio fiscal ficassem do tamanho de espadas. Agora, tenta-se correr atrás do prejuízo deixado por Mantega e Augustin.

A configuração política, contudo, é particularmente desfavorável ao ajuste fiscal. O Ministro Levy parece não contar com apoio firme nem dentro, nem fora do governo. Petistas, históricos e de última hora, nunca foram versados em restrições orçamentárias. A maioria prefere um keynesianismo bastardo, infelizmente muito difundido em parte da área acadêmica, segundo o qual gastos governamentais gerariam crescimento econômico.

Nossos congressistas, por sua vez, podem até ser convencidos da necessidade do ajuste fiscal, desde que sejam preservados os gastos que afetam a base eleitoral de cada um. Naturalmente, a conta não fecha. Ademais, o fato de muitos congressistas estarem indiciados nos inquéritos da operação Lava Jato não contribui para criar ambiente favorável à aprovação de medidas amargas. Para piorar, a parte do Congresso que havia se mobilizado para viabilizar a aprovação de algumas reformas estruturais de nossa economia, até 2005, agora também se opõe ao ajuste fiscal.

Para aqueles que, como eu, sonham em um dia ver os sociais-democratas unidos e respaldando as reformas que o país tanto precisa para deslanchar o crescimento e continuar a diminuir a desigualdade, foi uma enorme decepção o ocorrido na votação relativa às modificações do fator previdenciário. Em vez de o PT ficar mais parecido com o PSDB de outrora, o que se viu foi o PSDB ficar mais parecido com o PT. É o

¹ Ph.D. por Stanford, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve neste espaço uma sexta-feira a cada mês.

jogo político, alegam agora. Mas brincar com a bomba relógio da Previdência é altamente arriscado.

Quanto ao endividamento público, como mostra o gráfico, está em franca ascensão. Já atinge níveis excessivos para países na mesma classe de risco. Isto ameaça o grau de investimento, emblemático da melhora por que passou nossa política econômica. E não se diga que isso só afeta os investidores. Os aumentos dos gastos sociais não teriam sido possíveis sem a melhora das finanças públicas.

Em recente debate organizado por Ilan Goldfajn, tive a oportunidade de perguntar a uma analista de agência de risco se, caso o Ministro Levy viesse a deixar o governo, o grau de investimento sairia pela porta junto com ele. A resposta foi longa e bastante cuidadosa, enfatizando que tudo dependeria das circunstâncias associadas à hipotética saída do Ministro. Mas, ao final, a impressão que tive foi que a extensa resposta da analista equivalia a um singelo sim.

Perder o grau de investimento prejudicaria ainda mais a economia brasileira, aumentando o custo de capital e reduzindo as já parcas perspectivas de retomarmos o crescimento a médio prazo. Os que abrem fogo “amigo” sobre o ajuste fiscal deveriam refletir bastante sobre isso.

